



# CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Secretaria Geral Parlamentar  
Secretaria de Documentação  
Equipe de Documentação do Legislativo

## JUSTIFICATIVA – PL 0299/2026

### OFÍCIO RECEBIDO PARA PUBLICAÇÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Assessoria Técnico-Legislativa

Ofício ATL SEI nº 154805500

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido ao exame e deliberação dessa Egrégia Câmara, o incluso projeto de lei, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2027, acompanhado da Exposição de Motivos e dos Anexos de Riscos Fiscais, de Metas Fiscais e de Metas e Prioridades, conforme exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), em cumprimento ao disposto no § 2º do artigo 165 da Constituição Federal e no § 2º do artigo 137 da Lei Orgânica do Município de São Paulo.

A propositura tem por objetivo fixar as diretrizes sobre a elaboração da Lei Orçamentária de 2027, a estrutura e organização do orçamento e as alterações na legislação tributária do Município, bem como estabelecer orientações tanto para as suas despesas com pessoal e encargos como para a execução orçamentária, além das disposições gerais pertinentes à matéria.

Nestas condições, atendidas as determinações legais vigentes e evidenciado o relevante interesse público de que se reveste a iniciativa, bem como amparado nas razões que a justificam, observado o prazo previsto no artigo 138, § 6º, I, da referida Lei Orgânica, submeto o presente Projeto de Lei à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa, contando com seu indispensável aval.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos de apreço e de consideração.

Ao

Excelentíssimo Senhor

RICARDO TEIXEIRA

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

Anexos: Exposição de Motivos, Riscos Fiscais, Metas Fiscais e Metas e Prioridades

Este texto não substitui o publicado na Edição Extra do Diário Oficial da Cidade em 16/04/2026, p. 1

Para informações sobre este projeto, visite o site [www.saopaulo.sp.leg.br](http://www.saopaulo.sp.leg.br).



### MENSAGEM DO PREFEITO - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Anualmente, respeitado o prazo previsto no artigo 138, § 6º, I, da Lei Orgânica do Município de São Paulo – 15 de abril –, o Poder Executivo Municipal envia à Câmara Municipal o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para o exercício subsequente. Trata-se de instrumento fundamental, componente do ciclo de planejamento e orçamento, que estabelece as diretrizes do orçamento que ganhou status constitucional a partir de 1988, com previsão no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, e no artigo 137, § 2º, da Lei Orgânica.

Basicamente, as diretrizes dizem respeito aos seguintes temas, listados no artigo 1º da PLDO, inerentes à atividade estatal e com implicações diretas nas receitas e despesas e, via de consequência, na busca de uma eficiente política orçamentária:

- I - a elaboração da proposta orçamentária;
- II - a estrutura e a organização do orçamento;
- III - as alterações na legislação tributária do Município;
- IV - as despesas do Município com pessoal e encargos;
- V - a execução orçamentária;
- VI - as disposições gerais.

Com a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000 (Lei Complementar nº 101/2000), a LDO ganhou ainda mais importância e passou a ser dotada de uma visão mais ampla das finanças públicas. Anteriormente com viés mais direcionado à execução das ações orçamentárias e entregas à população que seriam realizadas pela Municipalidade, passou a colocar em primeiro plano também o equilíbrio fiscal e orçamentário. Tais medidas são fundamentais para a concretização das políticas públicas e para o bom funcionamento da máquina administrativa, facetas que até então não tinham força de lei.

Nesse sentido, para estabelecer as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2027, integram o presente Projeto de Lei, além do texto legal, os seguintes anexos, conforme artigo 2º do PLDO, em consonância com o artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal e com o art. 137 da Lei Orgânica do Município:

- a) Anexo I – Riscos Fiscais;
- b) Anexo II – Metas Fiscais;
- c) Anexo III – Metas e Prioridades.

O Anexo I, basicamente, traz o rol dos riscos fiscais que podem interferir negativamente no andamento do orçamento e que não são facilmente previstos, como, por exemplo, frustração na arrecadação e a proposição de demandas judiciais de grande monta em face do Município. Ressalte-se aqui que precatórios, em que pese a grande soma atual existente, por serem despesas de maior previsibilidade e possuírem, anualmente, consignação em dotação orçamentária específica, não são considerados como riscos fiscais, nos termos do Manual de Demonstrativos Fiscais, 15ª edição, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

O Anexo II traz uma série de projeções de metas fiscais para os próximos anos, como receitas e despesas, resultados primários, resultado nominal e a dívida pública. Além disso, apresenta uma comparação com os anos anteriores e todas as projeções são fundamentadas por indicadores macroeconômicos atuais. Destaque-se, também, a inclusão das projeções dos Fundos Previdenciários criados na Reforma da Previdência Municipal (Emenda nº 41, de 18 de novembro de 2021, à Lei Orgânica do Município).

Em 2022, o Município obteve novo êxito institucional com a celebração do Termo de Conciliação junto à União Federal. O acordo permitiu a quitação integral do saldo remanescente da dívida amparada pela MP nº 2185-35/2001, mediante a transferência da propriedade do imóvel "Campo de Marte". Esta operação resultou na baixa efetiva de aproximadamente R\$ 23,9 bilhões (posição jan/2022), fazendo com que a dívida fundada recuasse de R\$ 25,2 bilhões para apenas R\$ 1,3 bilhão.

Essa desoneração estrutural, que liberou cerca de R\$ 3 bilhões anuais no orçamento, consolidou um novo patamar de solvência para a Cidade. Os dados de execução demonstram esse salto qualitativo: o volume de investimentos do Tesouro Municipal empenhados, que em 2021 situava-se em R\$ 1,66 bilhão, aumentou para R\$ 4,7 bilhões em 2022, atingindo a marca histórica de R\$ 8,88 bilhões em 2023. Complementarmente, esse cenário permitiu a melhora do perfil de risco de crédito do Município, conferindo-lhe maior credibilidade perante o mercado. Tal solidez assegura a abertura de um espaço fiscal estratégico, fundamental para a viabilização de futuras pactuações e para a continuidade de políticas públicas estruturantes de longo prazo.

Por sua vez, o Anexo III, em conjunto com o artigo 8º deste projeto de lei, expressa as ações consideradas como de execução prioritária por parte da Administração, direcionando a atuação nos projetos em andamento para que possam ser finalizados, em consonância com o disposto no artigo 45 da LRF, replicado pelo artigo 13 do PLDO.

Evidentemente, o orçamento não deve estar dissociado das muitas demandas da população e dos desafios estruturais encontrados no Município, razão pela qual se impõem os princípios e orientações gerais previstos nos artigos 3º e 4º deste projeto de lei, respectivamente. A propósito, outro importante ponto diz respeito à participação da sociedade civil no processo de elaboração do orçamento, o que se traduz na realização de um processo de recebimento de propostas e de audiências públicas regionalizadas (artigo 6º), conjuntas com o processo de consulta do Programa de Metas 2025-2028 e do Plano Plurianual 2026-2029, iniciativa que se constitui em importante fator de transparência ativa e de Governo Aberto, já que é o momento em que demandas e sugestões elaboradas pelos cidadãos são recolhidas com o propósito de serem incorporadas ao planejamento estratégico e orçamentário da cidade.

Ante todo o exposto, reiteramos a importância do presente Projeto de Lei para o estabelecimento das regras necessárias à elaboração, aprovação e execução da Lei Orçamentária de 2027 e para a consolidação de bases fiscais requeridas para a sustentabilidade das contas públicas do Município, bem como para a consecução dos projetos estratégicos nele previstos. Sendo assim, submeto à consideração de Vossa Excelência o referido Projeto de Lei.

São Paulo, 15 de abril de 2026.

Atenciosamente,

**RICARDO NUNES**

Prefeito